

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 376/XV/1ª

**Pela instalação de centrais de dessalinização com
planeamento, fundamentação e transparência**

A dessalinização tem vindo a ganhar maior destaque enquanto solução de abastecimento de água, estando em curso o processo levará à construção de uma central no Algarve. O governo também deixou em aberto a possibilidade de instalar centrais nas regiões do Oeste e do Alentejo Litoral.

Contudo, há múltiplos aspetos a ponderar que não se compadecem com anúncios políticos. Importa garantir o devido planeamento e fundamentação técnica, sob pena de termos custos excessivos e desperdício de recursos.

A adoção de soluções de dessalinização não é novidade, nem a futura central do Algarve será pioneira. Importa referir que a primeira central de dessalinização em Portugal entrou em funcionamento em 1980, na ilha do Porto Santo, Madeira, fornecendo água potável à população.

Há, porém, um contexto de agravamento da redução da disponibilidade hídrica que justifica esta opção, existindo também uma oportunidade de financiamento comunitário que deve ser aproveitada ao abrigo do PRR, em linha com o previsto no Plano de Eficiência Hídrica do Algarve.

A dessalinização é sem dúvida uma solução a reforçar no “portfólio” de medidas de eficiência hídrica a nível nacional, sobretudo em regiões costeiras com maior densidade populacional, onde as alternativas de abastecimento sejam mais limitadas, como é o caso do Algarve. O PSD é a favor da dessalinização, mas devem ser acautelados alguns aspetos fundamentais.

É necessário não criar a ideia de que por esta via teremos água inesgotável, que se resolverão todos os problemas, que poderemos consumir sem restrições.

A dessalinização tem de ser complementar a outras formas de abastecimento, sejam águas subterrâneas ou superficiais, implicando sempre um uso racional e eficiente. Doutra forma, para além de um problema de recursos naturais, teremos um problema económico-financeiro.

Estes processos implicam consumos elevados de energia, que pode estar disponível ou não por eletricidade renovável, a preços que podem ser mais baixos ou elevados, consoante o contexto. Estes custos podem fazer disparar a fatura, mesmo que em processos intermédios haja recuperação de eletricidade, mas tal não se traduz num saldo neutro ou positivo.

Importa não esquecer que Portugal terá de caminhar para uma maior cobertura de custos por parte dos sistemas de abastecimento de água, dado que em muitas regiões e municípios não é pago o real custo da água, havendo um nível de subsidiação insustentável. Nesta perspetiva, a futura aprovação do Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030) prevê um agravamento das tarifas ao nível nacional.

A dessalinização pode trazer custos acrescidos gerando um agravamento do preço da água num cenário em que será mais difícil de mitigar administrativamente.

A dessalinização também não pode ser uma desculpa para não se investirem noutras soluções de eficiência hídrica. No caso do Algarve há um plano regional por implementar e não se pode usar a central de dessalinização como manobra de distração política.

Olhando para a forma como o processo tem sido conduzido nesta região, tem faltado transparência em vários aspetos. Destaque para a seleção da localização onde não se conhecem os critérios subjacentes à escolha, que deviam ser públicos e orientar o processo de Avaliação de Impacte Ambiental.

Face à discricionariedade, abundam na imprensa declarações de políticos locais ou regionais a privilegiarem localizações que podem não ser as mais adequadas. Esta situação poderá contaminar o processo e gerar conflituosidade caso as populações não compreendam as razões da futura localização.

Por exemplo, a 12 de outubro de 2022, uma notícia referia: “O estudo do impacto ambiental da Central de Dessalinização no Algarve começou com 12 localizações, mas, agora, Albufeira parece estar mais perto de ser o local escolhido. A garantia é pelo presidente da Comunidade Intermunicipal do Algarve”¹. Este tipo de declarações públicas correm o risco de gerar conflituosidade caso não sejam explicados os seus fundamentos.

Noutra dimensão, declarações do Ministro do Ambiente e Ação Climática, de 29 de novembro de 2022, referiam: “Tomámos a decisão de aumentar a capacidade [da central dessalinizadora do Algarve] tendo em conta aquilo que têm sido as discussões que temos tido no território...”². Contudo, ficam por explicar quais as razões que justificam este aumento de capacidade e porque é que tinha sido subestimada anteriormente.

A 10 de novembro de 2022, em contexto de audição no âmbito do Orçamento do Estado para 2023, o Ministro do Ambiente e Ação Climática abriu a possibilidade de instalação de uma central de dessalinização no Alentejo Litoral, gerando várias notícias na comunicação social³. Contudo, este projeto deveria estar contemplado em sede de planeamento, tendo por base previsões de consumo de água e disponibilidades existentes. Infelizmente a apresentação do Plano de Eficiência Hídrica do Alentejo, várias vezes prometido, tem sofrido sucessivos adiamentos. Mais uma vez a propaganda sobrepôs-se ao planeamento, o projeto antecipou-se ao programa de conjunto, a fundamentação foi desvalorizada.

Processos de decisão enviesados geram más decisões e custos acrescidos. No caso do Alentejo Litoral ou até da região Oeste, pode fazer sentido a instalação de centrais de dessalinização, mas importa conhecer quais os seus contornos. Anúncios políticos com o mero objetivo propagandístico podem acarretar riscos para a concretização destes projetos, sobretudo porque também ocultam custos inerentes e privilegiam uma mensagem ilusória de futura abundância de água (que não será barata).

¹ <https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2022/10/19/albufeira-perto-de-acolher-central-de-dessalinizacao/304256>

² <https://eco.sapo.pt/2022/11/29/governo-quer-aumentar-capacidade-da-central-de-dessalinizacao-do-algarve>

³ <https://eco.sapo.pt/2022/11/10/governo-estuda-inaugurar-central-de-dessalinizacao-no-litoral-alentejano/>

A gestão da água vai implicar cada vez mais inovação, diversificação de fontes e reforço da eficiência hídrica, olhando às especificidades de cada região e aos seus consumos. A dessalinização tem muitas vantagens, mas a tecnologia não dispensa processos de decisão, planeamento e participação pública feitos com competência e transparência.

Assim, vem o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos da Constituição e do Regimento da Assembleia da República, recomendar ao Governo que:

1. Divulgue informação atualizada sobre a evolução dos processos de instalação das centrais de dessalinização no portal de internet da Agência Portuguesa do Ambiente, tendo em conta o acompanhamento feito pelas Administrações de Região Hidrográfica e incluindo estudos técnicos, critérios de localização ou outros elementos produzidos ao abrigo dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental.
2. Apresente o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo fundamentando a decisão de instalar uma central de dessalinização no Alentejo Litoral e explicando qual o seu modelo de financiamento.
3. Desenvolva os planos e os estudos necessários para fundamentar devidamente a eventual instalação de centrais de dessalinização noutras regiões do país, nomeadamente na região Oeste, identificando as respetivas soluções de financiamento.
4. Acelere a concretização de medidas que contribuam para o reforço da eficiência hídrica e promovam a sustentabilidade do setor do abastecimento de água.

Assembleia da República, 12 de janeiro de 2023

As/Os Deputadas/os,

Hugo Oliveira

Bruno Coimbra

Hugo Martins de Carvalho

Rui Cristina

Alexandre Simões



GRUPO PARLAMENTAR PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Carlos Cação

Cláudia André

João Marques

Jorge Mendes

Luís Gomes

Ofélia Ramos

Sónia Ramos

Duarte Pacheco

João Barreiras Duarte

Olga Silvestre

Alexandre Poço

António Prôa

António Topa Gomes

Cláudia Bento

Patrícia Dantas

João Moura

Paulo Ramalho